



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE AGRONOMIA

LUIZ SÉRGIO LOPES SANTANA

OS PROGRAMAS PAA E PNAE NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO NO ASSENTAMENTO
LAGOA DO SERROTE II (DENIR)

FORTALEZA
2017

LUIZ SÉRGIO LOPES SANTANA

OS PROGRAMAS PAA E PNAE NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO NO ASSENTAMENTO
LAGOA DO SERROTE II (DENIR)

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L854p Lopes Santana, Luiz Sérgio.

Os programas PAA e PNAE na perspectiva do desenvolvimento rural: uma investigação no Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir) / Luiz Sérgio Lopes Santana. – 2017.
61 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Agronomia, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima.

1. Agricultura Familiar. 2. Comercialização. 3. Políticas Públicas . 4. Mulheres Agricultoras. I. Título.

CDD 630

LUIZ SÉRGIO LOPES SANTANA

**OS PROGRAMAS PAA E PNAE NA PERSPECTIVA DO
DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA INVESTIGAÇÃO NO ASSENTAMENTO
LAGOA DO SERROTE II (DENIR)**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima.

Aprovada em 08/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Maria Lúcia de Sousa Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Eng. Agrônomo Nicolas Arnaud Fabre

RESUMO

Este trabalho investiga como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) contribuem para as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar. Para isso, tomou-se como referência a experiência de comercialização da produção de um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), localizado no município de Ocara, estado do Ceará. Nesse estudo de caso delineado, realizou-se o levantamento de dados secundários sobre as principais temáticas da pesquisa, e no trabalho de campo, foram feitas entrevistas com as mulheres representantes das famílias agricultoras. Os dados analisados demonstram as potencialidades da experiência, os tipos de dificuldades e as vantagens identificadas pelo acesso aos programas. A pesquisa demonstra também as principais mudanças em suas unidades de produção e de que forma algumas instituições contribuem nesse processo. Assim, a importância deste trabalho está na possibilidade de compreender como vem sendo construídas as experiências de desenvolvimento rural em diferentes contextos, por meio de políticas públicas específicas voltadas para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Comercialização. Políticas públicas. Mulheres agricultoras.

ABSTRACT

This work investigates how the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) contribute to the strategies of rural development in family agriculture. For this, the experience of commercialization of the production of a group of women of the Settlement Lagoon of the Serrote II (Denir), located in the municipality of Ocara, state of Ceará, was taken as reference. In the case study outlined, secondary data were collected on the main themes of the research, and in the field work interviews were conducted with the women representatives of the farming families. The data analyzed demonstrate the potential of the experience, the types of difficulties and the advantages identified by the access to the programs. The research also shows the main changes in its production units and how some institutions contribute to this process. Thus, the importance of this work lies in the possibility of understanding how the rural development experiences in different contexts have been constructed, through specific public policies aimed at family farmers.

Keywords: Family Agriculture. Commercialization. Public policy. Women Agricorers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir)	30
--------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características essenciais entre os Modelos Patronal e familiar... 19	19
Quadro 2 – Modalidades do PAA..... 34	34
Quadro 3 – Produção das agricultoras do assentamento Denir 40	40
Quadro 4 – Síntese dos relatos com relação às vantagens dos programas 44	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre a agricultura familiar	20
Tabela 2 – Dados sobre a agricultura familiar nas regiões do país.....	21
Tabela 3 – Dados sobre a agricultura familiar nas regiões do país.....	22
Tabela 4 - Percentuais de produção de alguns dos principais produtos agropecuários da agricultura familiar no Nordeste.	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAD - Assentados e Assentadas do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir)

Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAP - Centro de Apoio Psicossocial

CEARAH - Centro de Estudos, Articulação e Referências sobre Assentamentos Humanos

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Contag

Cooaf - Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara

COPASAT - Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FT - Financiamento Total

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

Mapa - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MF - Ministério da Fazenda

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnater - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronater - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Provap - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

Sead - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SIM - Serviço de Inspeção Municipal

UPAs - Unidades de Produção Agropecuária

VBP - Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Objetivo geral..	14
Objetivos específicos	14
Plano da monografia	15
CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS NA REGIÃO NORDESTE	16
CAPÍTULO 2 - ASSENTAMENTO RURAL: CARACTERÍSTICAS GERAIS E PARTICULARIDADES DO CEARÁ	25
CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1 PAA e Pnae: breves considerações sobre os programas	33
4.2 Acesso aos programas.....	35
4.3 Instituições envolvidas na experiência	37
4.4 Produção e comercialização: o antes e depois do acesso aos programas e possibilidades.....	39
4.5 Dificuldades e vantagens em relação aos programas	41
4.6 Reafirmação da produção de base ecológica	46
4.7 Outras mudanças identificadas	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	56

INTRODUÇÃO

A falta de mercados consolidados ou seu acesso para a comercialização dos produtos agrícolas pode ser um dos fatores limitantes para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar, devido à concorrência dos grandes produtores, no que tange o escoamento da produção. Sem opções ou mercados alternativos, é comum o agricultor familiar ficar dependendo da figura do atravessador para comercializar sua produção, o que reduz significativamente a sua possibilidade de lucros.

Problemas como esses têm levado o poder público a buscar iniciativas para apoiar e viabilizar a comercialização dos agricultores familiares. Recentemente, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), combinado com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), tem possibilitado a inserção dos agricultores familiares nos chamados mercados institucionais, tentando combater a pobreza e a miséria no campo e alavancar o desenvolvimento rural.

O PAA e o Pnae promovem a capacidade da agricultura familiar de fornecer alimentos diversificados e de qualidade, garantindo a comercialização da produção em quantidades e periodicidades previamente negociadas, estimulando o aumento da circulação de riquezas no âmbito local e na estruturação cada vez mais profissional da agricultura familiar. E ainda possibilita a incorporação de produtos orgânicos/agroecológicos na alimentação escolar, disseminando sistemas de produção de menor impacto ambiental (BRASIL/MDA, 2017).

Esta monografia apresenta uma realidade particular que pode ser um exemplo dessas possibilidades permitidas por essas políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro. Trata-se da experiência de comercialização vivenciada por um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), localizado no município de Ocara, estado do Ceará. Essas mulheres agricultoras e suas famílias vêm acessando esses programas governamentais desde o ano de 2013.

O assentamento tem um total de 30 famílias, e atualmente, cerca de oito famílias comercializam seus produtos por meio do PAA e Pnae. Essas famílias fazem parte da Associação dos Assentados e Assentadas do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir) (AAAD), cujo objetivo é lutar pela garantia dos direitos sociais do assentamento.

Além disso, é importante ressaltar que as famílias do assentamento vêm participando de um processo de transição agroecológica, motivado por estímulos de instituições e organizações locais, que incentivam o abastecimento a partir da agricultura sustentável, o que pode agregar ainda mais na renda dos produtores por meio das chamadas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tendo em vista que pode haver um acréscimo de até 30% no valor dos produtos orgânicos/agroecológicos, quando comparado aos produtos convencionais.

Assim, dentro desse contexto, emergem as seguintes questões que norteiam esta pesquisa: De que maneira o PAA e Pnae vem contribuindo para as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar? Quais as implicações desses programas na vida das famílias do assentamento que os acessam?

A importância deste trabalho está na possibilidade de compreender como vem sendo construídas as experiências de desenvolvimento rural em diferentes contextos, por meio de políticas públicas específicas voltadas para os agricultores familiares. Acredita-se também, que o estudo pode trazer elementos significativos que podem auxiliar, inclusive, na construção de futuras estratégias do grupo de famílias envolvidas na comercialização via programas governamentais, como por exemplo, a inclusão e escoamento de produtos orgânicos/agroecológicos, a partir da transição agroecológica em curso na realidade.

Objetivo geral

Investigar como o PAA e o Pnae contribuem para o desenvolvimento rural, tendo como referência a experiência de comercialização da produção do grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir).

Objetivos específicos

- Verificar a contribuição de outros atores sociais na experiência de comercialização das famílias do assentamento;
- Identificar as principais dificuldades e potencialidades presentes na dinâmica de comercialização das famílias assentadas que acessam esses programas;

- Discutir a percepção do grupo de mulheres do assentamento a respeito do PAA e Pnae, identificando as mudanças observadas em suas unidades de produção agropecuária (UPAs).

Plano da monografia

O trabalho dispõe, além da introdução e das considerações finais, de dois capítulos de fundamentação teórica. No primeiro capítulo são abordadas questões relacionadas à definição da agricultura familiar, suas características e aspectos da região Nordeste. No segundo capítulo, a revisão é sobre os assentamentos rurais, apresentando suas características e particularidades desses espaços no estado do Ceará.

Logo em seguida, no capítulo dos procedimentos metodológicos, é feita uma breve caracterização da região estudada, a natureza e modalidade da pesquisa, bem como as ferramentas utilizadas para a coleta de dados e a sua análise.

No capítulo 4, dos resultados e discussão, são situadas algumas considerações sobre os programas PAA e Pnae. É nesse capítulo que aparecem a interpretação e discussões sobre como se deu o acesso aos programas por parte das famílias, sobre as contribuições que essas famílias receberam de entidades envolvidas no caso do assentamento, sobre as modificações identificadas a partir da inserção nos programas, sobre as dificuldades e vantagens percebidas pelas agricultoras, além de outras possibilidades permitidas pela experiência.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, retomando os principais pontos discutidos nesta monografia.

CAPÍTULO 1 - AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS NA REGIÃO NORDESTE

As discussões sobre a importância social, econômica, cultural e política da agricultura familiar vem ganhando cada vez mais relevância por parte da sociedade, por se tratar de uma forma social de produção que assumiu, nos últimos anos, um papel de protagonismo, no contexto do desenvolvimento rural. A organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), realizaram um estudo em 1996, que define a agricultura familiar a partir de três características básicas, são elas:

A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (Incra/FAO, 1996, p. 4)

Carmo (1999) se refere à agricultura familiar como uma forma de organização produtiva em que os critérios a serem adotados para as orientações em torno das decisões relativas às explorações agrícolas se baseiam com relação à direção da produção, a rentabilidade econômica, e as necessidades objetivas da família. Esses são fatores que, por estarem estritamente relacionados, diferenciam essa forma social de produção de outras presentes no meio rural, como da agricultura patronal, por exemplo, em que há uma completa separação entre gestão e trabalho.

Guanziroli e Cardim (2000) consideram agricultores familiares àqueles que atendem simultaneamente as seguintes condições: a mão de obra familiar é superior ao trabalho contratado, a direção dos trabalhos no estabelecimento é exercida pelo produtor e sua família, e a área da propriedade estão dentro de um limite estabelecido para cada região e estado do país.

Para Wanderley (1999), o conceito de agricultura familiar parte fundamentalmente da questão de como uma família emprega a mão de obra no estabelecimento em que é proprietária, assim como essa família assume o controle dos demais fatores de produção, o que para a autora, tem consequências

elementares em como a agricultura familiar se manifesta econômica e socialmente. Assim, a agricultura familiar apresenta uma heterogeneidade, “seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Essa diversidade é também regional” (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p. 321).

Nessa linha de pensamento, Wanderley (1999) avalia que a agricultura familiar é um conceito genérico, pois incorpora situações particulares dentro da mesma categoria, incluindo aí uma diversidade de produtores, que reforçam essa heterogeneidade a partir da relação entre propriedade e o trabalho familiar empregado em um contexto rural. A propósito, Wanderley (1999) afirma, segundo seus estudos, que o agricultor familiar se constitui um novo sujeito, agora estimulado por políticas públicas que consideram a sua viabilidade social e econômica, embora essas transformações não rompam totalmente com a tradição e a cultura da categoria.

A mais recente definição do conceito de agricultura familiar é prevista pelo Estado e está presente na Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 2006, na qual descreve com maior precisão o termo, estabelecendo, ainda, diretrizes para formulação de políticas públicas para esse público específico. Segundo a referida lei, considera-se agricultor familiar àquele que atenda, ao mesmo tempo, os seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Picolotto (2014) destaca que essa lei fortalece as bases legais de reconhecimento da agricultura familiar e a eleva a um patamar de sujeitos de direitos, possibilitando a flexibilização das exigências requeridas por determinadas políticas públicas voltadas para o grupo, englobando a diversidade de situações de trabalho familiar rural.

De maneira geral, as definições adotadas pelos diversos estudos sobre o conceito de agricultura familiar se fundamentam em características básicas, como o acesso à terra, o trabalho predominantemente familiar, o acesso ao mercado e o nível de autonomia na gestão das atividades. O ponto chave está mesmo no fato de

ser a família a proprietária dos meios de produção, onde seus membros assumem o trabalho no estabelecimento, consolidando uma íntima relação entre a família e a terra (CARDOSO, 1987, p.56).

Para Wanderley (2001), mesmo com as dificuldades existentes em se definir a agricultura familiar e dar conta das diversas formas que assumem essa categoria genérica, não é possível achar que se está diante de um novo fenômeno ou uma nova categoria em formação, ainda que se reconheçam as suas transformações ao longo dos anos. A mesma Wanderley (2014) ressalta que é necessário perceber que a identidade de agricultor familiar, mesmo que lhe tenha sido "atribuída", é voluntariamente incorporada pelos próprios agricultores que se afirmam como atores sociais no processo de desenvolvimento e que resistem às dificuldades de forma ativa, sendo protagonistas da sua própria história baseado em suas experiências, cultura e tradição, procurando se adaptar aos novos desafios que lhe são impostos.

Como se vê, a agricultura familiar apresenta algumas características que permite diferenciá-la dos demais tipos de exploração agrícola, sobretudo da agricultura patronal. Para Ploeg (2009), essa diferenciação aponta ainda para a importância que a agricultura familiar tem para a dimensão ambiental do desenvolvimento rural, já que, além das questões sociais, econômicas e culturais, a sua lógica de produção se baseia também no capital ecológico, ou seja, incorpora toda uma preocupação com a manutenção dos recursos naturais.

Segundo Fernandes e Molina (2004), na medida em que os agricultores familiares não aderem ao monocultivo tecnificado, e passam a utilizar os insumos adquiridos no mesmo local da produção, estabelece-se um estreitamento da relação homem-natureza, o que segundo os autores, tornam os agricultores familiares menos vulneráveis a utilização de insumos externos.

Ploeg (2009), na tentativa de caracterizar as diferentes formas sociais de produção, alega que, em termos de desenvolvimento, a agricultura familiar apresenta um progresso em âmbito social bem maior, quando comparada à agricultura patronal, já que essa última destina toda sua energia para sua unidade produtiva. Outro fator apontado como uma importante diferenciação entre esses tipos de produção e já destacado nessa revisão, se dá no emprego da mão de obra, em que na agricultura familiar é realizado pela família, e isso acarreta na distribuição de renda e também nas tomadas de decisões a respeito da produção (SILVEIRA;

NEUMANN; SANTOS, 2004, p.8). Esses são fatores que, sem dúvidas, ajudam a entender a contribuição que a agricultura familiar traz no âmbito do desenvolvimento rural e ressalta a necessidade de fortalecê-la.

Nesse exercício de diferenciação entre os segmentos, Veiga (1996) argumenta que a agricultura familiar apresenta diversas vantagens em relação à agricultura patronal, pois, em termos de sustentabilidade, a agricultura familiar tem sua ênfase na diversificação, somado a isso, a agricultura familiar apresenta uma maior versatilidade ao processo de tomada de decisão devido ao seu caráter familiar. O autor aponta que a agricultura patronal, por sua vez, promove a concentração de renda e a exclusão social, e pode ser responsável por inúmeras outras injustiças.

Ainda segundo Veiga (1996), é possível fazer a comparação entre os dois modelos segundo características essenciais, apresentadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Características essenciais entre os Modelos Patronal e familiar

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho;	Trabalho e gestão intimamente relacionados;
Organização centralizada;	Direção do processo assegurada diretamente pelos proprietários;
Ênfase na especialização;	Ênfase na diversificação;
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis;	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida;
Trabalho assalariado predominante;	Trabalho assalariado complementar;
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de “terreno” e de “momento”;	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo;
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão de obra;	Tomadas de decisões “in loco”, condicionada pelas especificidades do processo produtivo;
Pesada dependência de insumos comprados.	Ênfase no uso de insumos internos.

Fonte: Veiga (1996).

De todo modo, a agricultura familiar apresenta características que revelam sua importância socioeconômica para a sociedade, além de contribuir para o abastecimento e segurança alimentar e para geração de emprego e renda no campo. Em termos de emprego, dados de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatísticas (IBGE), revelaram que, naquele ano, a agricultura familiar absorvia, incluindo os membros da família e seus empregados, 13 milhões de pessoas, o que na época correspondia a 78,8% do total da mão de obra no campo.

É importante salientar que, com os fatores responsáveis pelo êxodo rural massivo no século passado, como o aumento da concentração fundiária, a expansão do agronegócio, a negação de direitos essenciais à vida no meio rural, dentre outros, chegou-se a levantar a hipótese de que, com o avanço do capitalismo no campo, ocorreria o desaparecimento do trabalho familiar rural. Entretanto, devido à capacidade de resistência e renovação por parte dos agricultores familiares, isso não aconteceu, ao contrário, o que se viu, além da sua permanência, foi o fortalecimento dessa categoria, pois, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, se reafirmou como um polo importante para geração de emprego e renda no rural (PRADO, 1998).

Com base no Censo Agropecuário de 1995/96 presentes na Tabela 1, se observa que a agricultura familiar é responsável por 37,9% do Valor Bruto de Produção (VBP), ocupando 30,5% da área total produtora, e recebendo apenas 25% do financiamento total.

Tabela 1 – Dados sobre a agricultura familiar

CATEGORIA S	Estab. Total	Estab. s/ Total	Área Tot. (mil há)	Área s/ total	BP (mil R\$)	VPB s/ total	FT (mil R\$)	FT s/ total
FAMILIAR	4.139.369	85,2	107.768	30,5	18.117.725	7,9	937.828	25,3
PATRONAL	554.501	11,4	240.042	67,9	29.139.850	61,0	2.735.276	73,8
Insti. Pia/Relig. Entidad. Pública	7.143	0,2	263	0,1	72.327	0,1	2.716	0,1
Não identificado	158.719	3,2	5.539	1,5	465.608	1,0	31.280	0,8
	132	0,0	8	0,0	959	0,0	12	0,0
TOTAL	4.859.864	100,0	356.611	100	47.796.469	100	3.707.112	100

Fonte: Censo Agropecuário 1995/6 – IBGE.

Essa produtividade se dá pela capacidade da agricultura familiar de desenvolver sistemas complexos com atividades intensivas e extensivas a partir da combinação de várias culturas, criações de animais e transformações primárias de modo que atenda às suas necessidades e se insira no mercado (BUAINAIM; ROMEIRO, 2000). Com isso, é possível estimar a importância do papel que a

agricultura familiar desempenha nas localidades onde estão presentes e desenvolvem suas diversas atividades, já que o segmento possui uma grande variedade de produtos ofertados, com possibilidade de acessar tanto o mercado interno como externo (SABOURIN, 2009).

Além do mais, a produção gerada a partir da agricultura familiar é responsável significativamente pelo abastecimento alimentar da população das cidades, seja por meio dos circuitos curtos de comercialização ou até mesmo através dos mercados locais, como ressalta Sabourin (2014). A contar que sua produção gera a segurança alimentar, revelada pela compatibilidade com os princípios do acesso contínuo aos alimentos que correspondem aos hábitos alimentares da população (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005).

O Nordeste brasileiro apresenta peculiaridades dentro do cenário da produção agrícola do país. Segundo os dados apresentados nos estudos FAO/Inca, é nessa região onde estão presentes quase a metade dos estabelecimentos familiares do país (2.055.157), o que corresponde a 49,7% do total nacional. Além disso, os agricultores familiares nordestinos ocupam uma área de 34.043.218 ha, correspondente a 31,6% da área total ocupada pela agricultura familiar, e são responsáveis por 16,7% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), absorvendo apenas 14,3% do financiamento destinado a essa forma de produção, como revela as Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Dados sobre a agricultura familiar nas regiões do país

REGIÃO	Estab. Total	Estab. s/ Total	Área Tot. (mil ha)	Área s/ total	VBP (mil R\$)	VPB s/ total	FT (mil R\$)	FT s/ total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	133.973	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE.

Tabela 3 – Dados sobre a agricultura familiar nas regiões do país

REGIÃO	% Estab. s/ total	% Área s/ total	% VBP s/ total	%FT s/ total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10,0
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55,0
Brasil	100	100	100	100

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE.

Os principais produtos gerados a partir da agricultura familiar no Nordeste são apontados na Tabela 4. Destaca-se a importância para o abastecimento alimentar na produção de milho, arroz, feijão, café, aves, ovos de galinha, bovinos, caprinos, suínos e seus derivados.

Tabela 4 - Percentuais de produção de alguns dos principais produtos agropecuários da agricultura familiar no Nordeste.

Estado/P roduto	%produção da AF sobre a produção total por estado do Nordeste										
	Arroz em Casca	Feijão	Mandioca	Milho em grão	Café	Bovinos (1)	Leite bovino	Leite caprino	Aves (1)	Ovos de galinha	Suínos (1)
Maranhão	89	86	86	78	93	42	56	56	61	65	86
Piauí	70	88	95	82	49	62	63	63	45	45	88
Ceará	88	91	82	89	53	55	56	56	25	18	81
Rio Grande do Norte	90	86	61	83	51	48	45	45	23	47	75
Paraíba	92	88	88	84	86	55	62	62	32	21	79
Pernambuco	90	91	97	89	58	62	61	61	22	5	81
Alagoas	97	92	92	88	69	46	50	50	52	61	56
Sergipe	78	95	96	79	-	52	67	67	31	21	78
Bahia	41	83	91	44	22	43	52	52	60	22	76

Fonte: IBGE (2009).

Para o IBGE (2009), os resultados alcançados pela agricultura familiar no Nordeste vão além da produção de alimentos básicos como arroz, feijão, milho e leite, pois, além do aspecto meramente produtivo, essa atividade vem se tornando uma importante estratégia para garantir a permanência do homem no campo,

evitando a sua migração para os centros urbanos e as decorrências negativas geradas a partir disso.

Nos últimos anos, com a ênfase dada à agricultura familiar no âmbito acadêmico e governamental, e também com as pressões realizadas pela sociedade civil organizada, houve um conjunto de medidas que culminaram em uma série de mudanças voltadas para a construção de novos modelos de desenvolvimento para o meio rural, reconhecendo a importância e as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar para sua produção e reprodução social.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar depende de estímulos que interfiram na sua possibilidade de permanência no campo e também de sua capacidade coletiva de construção de estratégias de sobrevivência e de produção e reprodução social. Para a autora, em relação a esses estímulos, é necessária a construção de perspectivas favoráveis à sua produção e cabe ao Estado proporcionar em forma de políticas públicas essas condições favoráveis.

Nos anos 1990, movimentos sindicais de trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) passaram a dirigir suas mobilizações em torno da “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009). Segundo Altafin (2007), é nesse contexto que surgem e se fortalecem diversos movimentos sociais de cunho camponês, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Somado a isso, com a definição conceitual mais precisa realizada conjuntamente pelos estudos FAO/Incra, foi possível estabelecer as diretrizes para a formulações de políticas públicas adequadas à realidade da agricultura familiar, que resultou na criação, em 1994, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que permitia a utilização de recursos do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009).

Em 1996, foi possível avançar ainda mais no reconhecimento e na legitimação da agricultura familiar enquanto categoria social, através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2009). O Pronaf visa superar a dificuldade da agricultura familiar, através de linhas de créditos especiais individuais ou coletivas que “facilite a

execução das atividades agropecuárias, ajude na compra de equipamentos modernos e contribua no aumento da renda e melhoria de qualidade de vida no campo” (MDA, 2013, p.11).

Ao longo dos anos, foi possível a implantação de outras políticas públicas que também se aproximam do objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), além da reformulação de políticas já existentes, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escola (Pnae), sendo esses o tema central deste trabalho.

CAPÍTULO 2 - ASSENTAMENTO RURAL: CARACTERÍSTICAS GERAIS E PARTICULARIDADES DO CEARÁ

O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), regulamentado pela lei de número 8.629 de 1993, prevista no Capítulo II, título VII da Constituição Federal, visa promover a distribuição de terra mediante a modificação do regime de posse e uso a fim de atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (BRASIL, 1993).

Fruto das propostas de reforma agrária presentes no Brasil surge, ainda na década de 1980, os assentamentos rurais. Para Carvalho (1999), assentamento é o espaço delimitado geograficamente que envolve grupos de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária, resultante de uma ação administrativa que seleciona o território e as famílias beneficiadas, resultando em uma nova ação social.

Segundo o Incra (2015), principal agente responsável pela implantação das ações voltadas à reforma agrária no país, os assentamentos rurais “são conjuntos de unidades agrícolas independentes entre si instalados originalmente onde existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.”

Outra definição, também vinculada à esfera governamental, se faz presente na Portaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) nº 080, de 24/04/2002, que entende esses espaços como uma:

Unidade Territorial obtida pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão do patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra (BRASIL, 2002).

Essa mesma portaria apresenta uma definição do sujeito a ser assentado: “o candidato inscrito, que após ter sido entrevistado, foi selecionado para o ingresso ao PNRA lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao programa” (BRASIL, 2002).

O Artigo 6º, do Capítulo III da portaria de número 6, de 31 de janeiro de 2013, que trata da condição de quem pode ser beneficiário do PNRA, enumera a ordem de prioridade de quem deve receber títulos de concessão de uso ou domínio,

atendendo preferencialmente: ao desapropriado; a quem trabalhe no imóvel ou em outro desapropriado como posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; ao agricultor que tenha propriedade insuficiente para o sustento próprio ou de sua família; e ao trabalhador rural sem terra que não se enquadre nas hipóteses anteriores (BRASIL, 2013).

Segundo Sparovek et al. (2005, p. 35), os assentamentos rurais no Brasil, representam para os beneficiários do programa, uma opção de vida, embora muitos desses assentamentos apresentem condições de vida precárias, revelada pela falta de escolas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, atendimento de saúde e de transporte.

Para Leite et al. (2004), a importância dos assentamentos se dá pela possibilidade de uma reorganização fundiária. Os autores consideram que:

[...] A criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa e oportunidade de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às agruras das formas por meio das quais vem se dando o desenvolvimento econômico, servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho (LEITE et al., 2004, p. 258).

Nesse sentido, Sparovek et al. (2005) apontam que os indicadores desse salto de qualidade atribuídos aos assentamentos de reforma agrária levam em consideração os seguintes aspectos: é eficiente a reorganização de terra na maioria das regiões do país promovida pelo programa; o número de lotes ocupados supera em muito o número de lotes vazios; a crescente política de investimento aplicado aos assentamentos e o crescente número de famílias assentadas e de área reformadas; a utilização de instrumentos de créditos para a aquisição de áreas a ser reformadas e também dos créditos produtivos específicos para as famílias assentadas.

Os assentamentos brasileiros apresentam classificações bem definidas, que varia de acordo com a região em que estão localizados. Na obra de Leite et al. (2004), foi feito um diagnóstico de 92 projetos de assentamentos a partir da variação do tamanho da área, do número de famílias nos assentamentos, organização interna

do espaço nos assentamentos, organização das atividades produtivas, condições de infraestrutura, dentre outros.

O trabalho desses autores revelou que, com base nos assentamentos estudados, aqueles com área inferior a 1.000 hectares (ha) correspondem a 42% do total, enquanto os 58% restantes, apresentam área superior a 1.000 hectares. No Ceará, 16% dos assentamentos tem área inferior a 1.000 ha e 84% superior a isso. No mesmo estudo, ainda foi possível obter a média do número de famílias que os assentamentos com área inferior e superior a 1.000 ha assentam, que são respectivamente 48,8 e 108,6. No estado do Ceará, essa média do número de famílias assentadas em assentamentos inferior e superior a 1.000 ha são respectivamente 22,5 e 89,5 (LEITE et al., 2004).

O estudo aponta que apenas 24% dos assentamentos visitados apresentavam adensamentos residenciais em forma de agrovilas¹, porém, essa realidade é diferente no Ceará. Isso porque, dos 10 assentamentos visitados no estado, foi constatado que todos eles apresentavam adensamentos residenciais em forma de agrovilas, e que a existência dessas agrovilas está associada à forma coletiva de organização.

Com relação à organização das atividades produtivas, se percebeu que 78% das atividades desenvolvidas no interior dos assentamentos se dão de forma individual/familiar, que apenas um 1% é realizada de forma coletiva e 20% de forma mista. No Ceará os dados indicam que 90% das atividades desenvolvidas se dão de forma mista, 1% coletiva e 9% de forma individual/familiar (LEITE et al., 2004).

Com relação às condições de infraestrutura nesses espaços, Leite et al. (2004) sugerem que elas são construídas a partir da relação entre o Estado e os assentamentos. Quer dizer, com o surgimento dos assentamentos, o Estado fica responsável por atender as demandas de infraestrutura dos assentamentos, todavia, no momento em que essas demandas não são atendidas, surge no cenário uma série de reivindicações (LEITE et al., 2004, p.87).

Ao tratar da questão do acesso à água, por exemplo, o estudo constatou que a maioria dos assentamentos têm problemas com a falta de água ou com águas de má qualidade. Dentre as opções de acesso à água, as mais comuns são: poços

¹ Trata-se de um aglomerado de residências aproximadas com espaçamentos regulares e conectadas entre si, que delimitam os lotes, cujos moradores se ocupam de atividades agrícolas ou rurais (REGO, 2016).

comuns, poços artesianos, nascentes, rios, açudes, redes públicas de abastecimento e outros, correspondendo respectivamente a 37%, 27%, 34%, 18%, 10%, 5% e 43%. No caso do Ceará, que se localiza em uma região com longos períodos de estiagem, esse quadro se apresenta da seguinte forma: 20% de poços comuns, 10% poços artesianos, 20% de rios, 60% de açudes, e 70% de outros (LEITE et al., 2004).

No que se refere às estradas e transporte que viabiliza, em suma, o escoamento da produção, segundo a mesma fonte de dados, do total da amostra estudada, apresentou-se uma distância média para a sede dos respectivos municípios de 27,9 quilômetros com um deslocamento por cerca de uma hora. O panorama detectado no Ceará foi que a distância média dos assentamentos às sedes dos municípios é em média de 36,3 quilômetros com o tempo de deslocamento médio de 59 minutos, apresentando estradas de acesso do total estudado de 30% de estradas asfaltadas, 30% de estradas parte asfaltadas e parte terra e 40% terra ou cascalho.

Os dados voltados ao acesso à educação nos assentamentos estudados indicam que há “um razoável grau de atendimento” em que grande parte das escolas existentes foram criadas após a instalação dos assentamentos. No geral, 86% dos assentamentos possuem escolas, sendo que 16% das escolas já existiam antes da instalação dos assentamentos, 6% foram passaram a ser ampliadas e 75% foram criadas depois da instalação.

Já no Ceará, todos os assentamentos estudados apresentavam a existência de escolas, sendo que 20% já existiam antes da instalação dos assentamentos e 80% foram construídas após essa instalação. Os autores sublinham que isso foi fruto de reivindicações de demandas dos assentamentos e por fim, acrescentam que 70% de todos os entrevistados do total declararam que a situação da educação melhorou com relação à situação anterior a presença do assentamento (LEITE et al. 2004 p.99).

Porém, com relação ao grau de escolaridade dos assentamentos apreciados, foi notado um baixo índice de escolarização de adultos, principalmente. Os dados mostram as últimas séries que os alunos do assentamento costumam frequentar, em geral, 45% dos assentados cursam entre a 1^o, 2^o, 3^o ou 4^o série do ensino fundamental, 13% atingem à 5^o série do ensino fundamental e 28% à 7^o ou 8^o série, apenas 4% atingem o 2^o grau (Ensino Médio) e 10% não soube informar. Os

mesmos estudos mostraram que no Ceará 50% da população assentada entrevistada atingem a 1º, 2º, 3º ou 4º série do ensino fundamental, 40% atingem à 5º série do ensino fundamental e apenas 10% atingem ao 2º grau (Ensino Médio).

Embora essas classificações levantadas perpassem diretamente pela execução de políticas públicas do Estado, para Leite et al. (2004 p. 193), o acesso a terra e as demais condições de acessos dos assentamentos já levantadas não satisfazem por si só as questões relacionadas à produção da “população assentada”. Os autores ressaltam a necessidade de acesso aos demais meios de produção e também ao crédito, informação e assistência técnica, já que esses são outros fatores determinantes para a produção.

É nessa perspectiva que outras políticas públicas, somadas àquelas que trabalham questões como implantação da infraestrutura básica e os créditos de instalação e produção, vêm se destacando, mais recentemente, no cenário da reforma agrária. É o caso do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), que orienta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), previsto na Lei de N° 12.188, de janeiro de 2011, cujo objetivo é de organizar e executar serviços de assistência técnica e extensão rural, através dos princípios de desenvolvimento rural, gratuidade, da adoção de metodologias participativas com o enfoque na agricultura de bases sustentáveis, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2011).

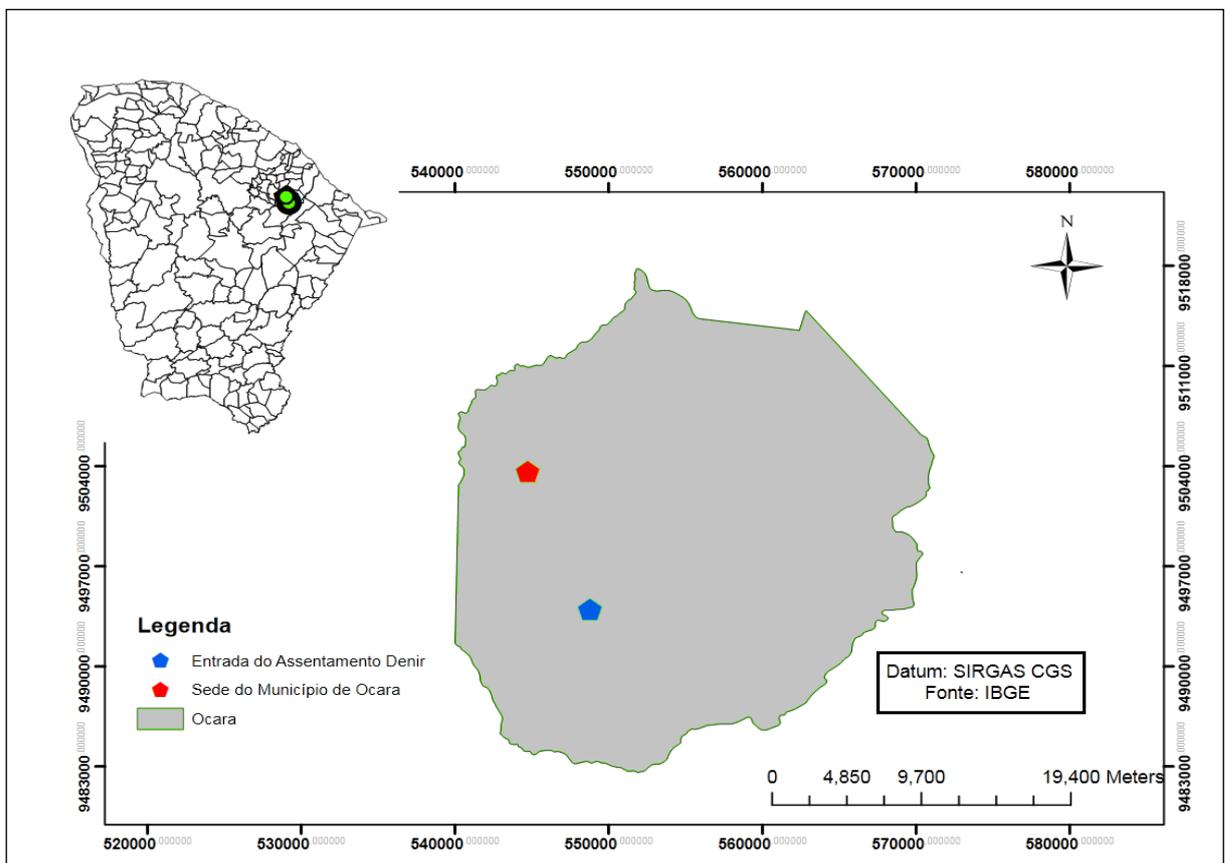
Além disso, não se pode negar a importância e evolução do Pronaf, que como já abordado neste trabalho, oferece linhas de créditos diferenciadas voltadas para a inclusão produtiva das famílias agricultoras, inclusive as assentadas, possibilitando o aumento da capacidade de produção e o ingresso de seus itens nos mercados consumidores, além de contribuir para a permanência do agricultor no campo (FERNANDES, 2013). Para acessar a esses créditos, é necessário que o agricultor possua a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida por órgãos públicos autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) (MDA, 2017).

A seguir, será feita a descrição do tipo de pesquisa escolhido para direcionar a investigação, uma breve caracterização da região do estudo, bem como o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados nesta monografia.

CAPÍTULO 3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na tentativa de investigar como o PAA e o Pnae contribuem para as estratégias de desenvolvimento rural da agricultura familiar, tomou-se, como referencia empírica, a experiência de comercialização da produção do grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir). Esse assentamento fica situado a uma distância de 16 km da sede do município de Ocara, estado do Ceará (Figura1).

Figura 1 – Localização do Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir)



Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

O assentamento em questão é fruto da luta coletiva de famílias que trabalhavam e residiam na Fazenda Lagoa do Serrote II, que em decorrência de um longo período de estiagem associado à morte do antigo proprietário, tiveram um declínio nas suas produções agrícolas. No decorrer dos anos, com o auxílio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as famílias passaram a se reunirem e se

organizarem, de modo que em 1999 realizaram a ocupação da fazenda, com o intuito de desapropriá-la.

Nessa conjuntura, no ano de 2000, ocorreu um conflito armado que culminou na morte do agricultor Aldenir, triste episódio que levou a comunidade a homenageá-lo, incorporando ao nome do futuro assentamento, o seu apelido, Denir. Com a pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concedeu a imissão de posse às famílias acampadas na área, que possui um total de 843,46 hectares.

Atualmente, permanecem no assentamento trinta famílias concentradas na agrovila, onde cada uma dispõe de uma casa com duas cisternas, além de quintais produtivos de 1800 m² aproximadamente, por famílias. Nesses espaços ocorre a criação de animais, como aves e suínos, como também o cultivo de plantas medicinais, hortaliças e frutíferas. Cada família conta ainda com um espaço destinado ao cultivo de sequeiro, e o assentamento possui uma área de pastagem coletiva. As famílias assentadas são abastecidas por um poço profundo, e a localidade conta com três açudes, embora eles tenham estado secos durante os longos períodos de estiagem.

Feita essa breve apresentação da região de estudo, o presente trabalho apresenta uma pesquisa de enfoque qualitativo, já que se “preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (FONSECA, 2002, p. 20). Para tanto, delineou-se um estudo de caso específico, realizado no Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir).

De acordo com Gil (2009), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa de objetivo unitário com um propósito de formular hipóteses a partir da exploração de uma realidade “cujos limites não estão bem definidos e que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos” (GIL, 2009, p. 54). Esse autor também recomenda que se utilizem procedimentos diversos, pois, isso seria fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos na pesquisa.

Frente a isso, buscou-se complementar a técnica do estudo de caso com o levantamento de dados secundários, como livros, artigos, revistas, dentre outros, com o objetivo de adquirir fundamentos teóricos sobre as principais temáticas incorporadas a este trabalho. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que, durante a pesquisa de campo, também foram incorporados elementos da pesquisa

participante, na medida em que a imersão do pesquisador na realidade se deu por meio de vivências, trocas de experiências e a reflexão conjunta com os próprios assentados, acerca da situação a ser investigada.

Para execução da pesquisa de campo, dividiu-se a estrutura metodológica em etapas complementares: visitas as famílias assentadas que acessam os programas PAA e Pnae, realização de entrevistas com as representantes dessas famílias e análise dos dados obtidos. Na primeira etapa, as entrevistas foram realizadas nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2017, com base em um roteiro semiestruturado (Apêndice A), de forma que pudesse contemplar os objetivos propostos neste trabalho.

As representantes das famílias (Apêndice B) responderam todas as questões, sendo suas respostas gravadas para análises posteriores. Ao todo, foram entrevistadas seis representantes de um universo de oito famílias que atendem às chamadas do PAA, sendo que sete dessas oito atendem também às chamadas do Pnae. As informantes foram identificadas a partir de um código com letras e números, a fim de garantir o seu anonimato. Seus discursos foram conservados na íntegra, com o objetivo de preservar as percepções dessas mulheres e suas famílias em torno de um fenômeno em curso.

Por fim, na fase da análise de dados, realizada após o levantamento das informações no campo, seguiu-se os ensinamentos de Gil (2009, p. 141), que afirma que “o mais importante na análise e interpretação de dados no estudo de caso é a preservação da totalidade da unidade social”. Dito isso, os resultados da pesquisa de campo serão apresentados e discutidos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PAA e Pnae: breves considerações sobre os programas

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) foram criados no intuito de alavancar o desenvolvimento da agricultura familiar local e contribuem no combate da pobreza e da miséria no campo.

O PAA é regularizado pela Lei de nº 10.696/03 de julho de 2003 e constitui uma política pública desenvolvida para incentivar a agricultura familiar, além de promover a inclusão social no campo, na tentativa de garantir alimento às populações em situação ou não de insegurança alimentar através da compra da produção familiar (BRASIL, 2003).

O PAA se soma as demais ações estruturantes do Programa Fome Zero, visando à geração da estabilidade financeira das atividades socioeconômicas da agricultura familiar. Para o Governo Federal, o fato de realizar compras da produção familiar garante preços justos e renda aos agricultores e facilita o processo de doação de alimentos (MDA, 2017).

O PAA é gerenciado por um comitê de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). E sua operacionalização é realizada pela Companhia de Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo próprio MDS, em parceria com os Municípios e Estados. O programa é implantado, principalmente, a partir das seguintes modalidades: Compra direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea e Incentivo à Produção de Leite.

Para cada uma dessas modalidades do programa, há uma forma de acesso e um valor limite de compra pelo governo, como descrito no Quadro 2 seguinte.

Quadro 2 – Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de Acesso	Limite por unidade familiar
Compra direta da Agricultura Familiar	Individual ou Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$8.000/ano
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Individual ou Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$8.000/ano
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$6.500/ano
	Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$8.000/ano
Incentivo à Produção de Leite	Individual ou Organizações (Cooperativas/Associações)	R\$4.000/ano

Fonte: MDS/SAF (2013).

No município de Ocara, estado do Ceará, a modalidade implantada é a Compra da Agricultura Familiar para doação simultânea, onde a prefeitura, em conjunto com a Conab, adquire os produtos da agricultura familiar através de 27 fornecedores para abastecer algumas entidades, são elas: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Apoio Psicossocial (CAP), duas escolas municipais, o Hospital municipal de Ocara e a Cadeia Pública de Ocara (PREFEITURA DE OCARA, 2017).

De modo geral, Delgado, Conceição e Oliveira (2005) defendem que o PAA contribui para a circulação de dinheiro na economia local, o que traz benefícios para o desenvolvimento das comunidades, além de estimular uma exploração mais racional do espaço rural, com incentivos à diversidade e a preservação da cultura alimentar regional. Os autores sublinham que há um forte apoio à produção voltada para o autoconsumo, o que é importante para a segurança alimentar, assim como o incentivo para a produção do excedente voltada para comercialização.

No que se refere particularmente ao Pnae, trata-se de um programa ligado à própria origem da história da alimentação escolar no Brasil. No cerne dessa discussão, ano de 1940, foi criado o Instituto Nacional de Nutrição, que defendia a proposta de oferecer alimentação na escola.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (2008, p.26), embora não tenha sido possível a sua implantação no início, a partir dos anos 1950, foi assinado o Decreto nº 37.106, de 1955, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação, que fortaleceu a

merenda escolar no Brasil. Foi somente em 1979 que a iniciativa passou a se denominar como Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Com a promulgação da Constituição de 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar. Anos mais tarde, a partir da Lei nº 11.947 de 2009, se determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação escolar brasileira deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL/FNDE, 2015, p.4).

O FNDE (2008) aponta que os principais objetivos do Pnae são atender as necessidades nutricionais dos alunos; contribuir para promoção de hábitos alimentares saudáveis; e dinamizar a economia local, contribuindo para geração de emprego e renda. Já o MDA enfatiza que o Pnae proporciona para a agricultura familiar a capacidade de produzir e fornecer alimentos diversificados e de qualidade; a sensibilização crescente por parte das prefeituras sobre a necessidade de se apoiar o Pnae enquanto uma ferramenta de desenvolvimento regional; a conscientização crescente da sociedade para a necessidade de hábitos alimentares saudáveis; e a preservação das tradições alimentares locais e uma produção com baixo impacto ambiental (BRASIL/MDA, 2017).

Tanto no PAA como no Pnae, os agricultores familiares com a DAP estão aptos a fornecerem alimentos para os programas, seja de forma individual (DAP física) ou organizada em grupos informais (DAP jurídica). E os relatos sobre o acesso fornecidos pelas agricultoras do assentamento Denir serão discutidos a seguir.

4.2 Acesso aos programas

A maioria das famílias entrevistadas acessam aos programas PAA e Pnae desde 2013 e 2014, com exceção de uma das entrevistadas, que passou a se inserir em ambos os programas a partir de 2015.

A agricultora A1 foi a primeira a acessar o PAA no município de Ocara. Ela comenta que conheceu o programa através de um seminário sobre agricultura familiar que ocorreu em Fortaleza, no ano de 2008, e ao ser questionada como foi o seu ingresso nos programas, relatou:

[...] Eu fui a primeira a começar a acessar aqui no município de Ocara, entrei em contato com o secretário de agricultura do município. Daí ele me informou que era necessário a DAP, logo fui ao Incra e fiz. Iniciei em 2008 vendendo jerimum e macaxeira, mas as escolas tinham muitas dificuldades de aceitar, diziam que as crianças estavam acostumadas a comerem em casa e que não estavam acostumadas a comer na escola. Mas, com os interesses políticos do prefeito da época, que queria que a renda da agricultura familiar ficasse no município, se decidiu apoiar com mais força os programas. Daí continuei até 2009 vendendo sozinha e quando eu vi que o dinheiro entrava direitinho e tudo dava certo, então resolvi criar os grupos de produção. (A1, 2017).

Segundo a agricultora A3 (2017), a inserção nos programas foi marcada pela formação do Grupo de Mulheres em Ação² (Apêndice C), que contava com 15 mulheres do assentamento que passaram a acessar, a princípio, o PAA. A A3 (2017) acrescenta que as motivações para formação do grupo foi de ordem produtiva, social, mas, acima de tudo, econômica. O acesso ao Pnae se deu em 2013, quando as mesmas agricultoras resolveram tentar a inclusão no programa por meio do DAP individual, como afirma a A2 em suas palavras:

A gente acessava na época R\$ 2.000,00 do PAA e R\$ 3.000,00 do Pnae por família, e cada DAP dava o direito da família vender R\$ 5.000,00 por ano, era o que era garantido. Hoje somos oito que acessam ao PAA e sete que acessam o Pnae. A prefeitura sempre incentivando e através da A1 o nosso grupo passou produzir mais, até o município ultrapassar os 30%. (A2, 2017).

Com o êxito inicial no fornecimento de alimentos ao PAA e ao Pnae, as integrantes do Grupo Mulheres em Ação resolveram, em 2012, reconstruir em conjunto com os demais assentados, a Associação dos Assentados e Assentadas do Assentamento Denir (AAAD), a qual foi filiada à Central de Cooperativas da Copacaju, de outro assentamento do mesmo município. E logo após, em 2013, construíram a própria Cooperativa da Agricultura Familiar de Ocara (Cooaf) em parceria com agricultores de outras comunidades do município, para poder acessar

² Grupo produtivo organizado pelas mulheres do assentamento Denir que realizam atividades coletivas de produção, transformação e comercialização dos produtos.

aos programas com a DAP jurídica, visto que as limitações das modalidades do PAA não permitiam que as agricultoras do assentamento Denir fornecessem mais alimentos com as suas DAPs individuais.

Isso reforça o importante papel atribuído aos programas no que diz respeito ao incentivo e fortalecimento do associativismo e cooperativismo agrícola. Somente para ilustrar essa importância, a Conab situa que, de 2009 a 2015, participaram mais de 4,5 mil organizações fornecedoras do PAA, entre associações e cooperativas (CONAB, 2008).

O incentivo por parte da prefeitura do município de Ocara ficou evidente em todos os relatos das agricultoras entrevistadas, seja pela garantia da organização do recebimento da produção, ou pelo fornecimento de cursos de capacitações técnicas voltadas principalmente para o beneficiamento de alguns produtos.

No ano de 2012 foi inaugurada a Central de Distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos na sede do município, com a intenção de realizar o escoamento da produção advinda dos fornecedores ligados aos PAA e Pnae em todo o município, o que para A1 (2017) facilitou bastante o processo de escoamento.

Outros incentivos foram também relatados pelas agricultoras ouvidas. Parte dos estímulos veio de instituições não vinculadas ao poder público e marcaram a trajetória do acesso ao PAA e Pnae no assentamento, como descrito no tópico adiante.

4.3 Instituições envolvidas na experiência

No início do acesso ao programa por parte das agricultoras do Assentamento Denir, existiu a colaboração de algumas instituições/organizações parceiras. A começar pelo acompanhamento recebido durante quatro anos do Projeto A Força da Mulher, através da iniciativa do Centro de Estudos, Articulação e Referências sobre Assentamentos Humanos (CEARAH). Esse projeto buscou, além da capacitação das mulheres envolvidas, contribuir para o fortalecimento político e econômico do grupo.

Segundo A2 (2017), esse projeto foi de extrema importância, pois, fora as capacitações citadas anteriormente, a iniciativa forneceu também materiais

(Apêndice D) necessários para iniciar e organizar a produção de bolos e tapioca que as agricultoras do Grupo Mulheres em Ação forneciam ao PAA.

[...] O Força da Mulher ajudou muito no início com o fornecimento do forno e liquidificador industrial, e também as chapas. E ajudou a organizar o grupo que antes atendia individualmente e depois passou a ser mais coletivo. Foi uma ajuda também com formações sobre manipulações, o que a gente não praticava, passamos a praticar. (A2, 2017).

Além disso, o projeto A Força da Mulher contribuiu com a proposta das agricultoras do Assentamento Denir de criar o Fundo Rotativo Solidário³, constituído inicialmente com os bens doados (fogão industrial, liquidificador industrial, chapas de ferro para assar etc.), a fim de possibilitar a autonomia e autoconfiança dessas agricultoras e estimular a solidariedade entre o grupo.

Para a maioria das agricultoras entrevistadas, a importância desse acompanhamento se centra no fato de que seus produtos passaram a ser mais bem recebidos, devido à melhora na qualidade, a exemplo do novo modelo de embalagem dos produtos, que só foi possível devido à parceria firmada com o CEARAH. Nesse sentido, Assis (2005) considera que as Organizações Não Governamentais (ONGs) tem um importante papel para auxiliar a agricultura familiar, visto que muitas vezes, as políticas públicas são insuficientes para contribuir de maneira específica em questões como: “melhorar a qualidade dos produtos e as formas de comercialização [...]; articular mercados; adquirir conhecimentos e capacidades em variadas áreas.” (ASSIS, 2005, p. 124).

Outra relação marcante relatada durante as entrevistas foi sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) prestados pela Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (COPASAT). Essa organização contribuiu com inúmeras iniciativas junto as agricultoras, como capacitações, auxílio na promoção de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização.

Uma dessas iniciativas foi a construção do Biodigestor (Apêndice E) recebido por uma das agricultoras no ano de 2015, com o objetivo de funcionar como unidade demonstrativa de tecnologia sustentável adaptáveis ao semiárido, que por sua vez, trouxe benefícios as agricultoras do Grupo de Mulheres em Ação, refletidos na economia com compra do gás necessário para produzir os bolos.

³ Fundo Rotativo Solidário é um mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária que assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos a partir de contribuições das famílias (ROCHA; COSTA, 2005, p. 13).

Porém, atualmente o assentamento não é mais atendido pela COPASAT, o que implicou na falta de acesso ao crédito de financiamento coletivo para a aquisição de ovinos e caprinos pelo assentamento, além de acarretar na falta de acompanhamento e assessoria em importantes etapas produtivas das agricultoras do assentamento. Isso é preocupante, porque, a ausência de Ater continuada acarreta, em certa medida, no enfraquecimento do acesso ao PAA e Pnae, visto que a Ater tem o papel de promover processos como a gestão, produção, beneficiamento e comercialização, que são essenciais para que os agricultores familiares desenvolvam seus projetos com sucesso e alcance os rendimentos previstos (COPPETTI, 2008).

Por ora, as agricultoras do assentamento Denir buscam a ajuda mútua, entre si, como relata a A6 (2017): *“Quando eu estou com dificuldades com alguma coisa vou atrás de Hernandez, que tem mais experiência que eu. Se ele não sabe, corre atrás de outras pessoas que saibam e assim agente vai se ajudando.”*

4.4 Produção e comercialização: o antes e depois do acesso aos programas e possibilidades

Com o acesso aos programas PAA e Pnae, foi possível que as agricultoras do assentamento Denir aumentassem a sua produção, além de agregar valor aos seus produtos e permanecerem incentivadas a produzir mais. Segundo a A3 (2017), a falta de certeza da comercialização tornava-se um fator negativo para suas atividades agrícolas, embora continuasse a produzir para o autoconsumo da família. Diz ela:

A gente antes produzia mais para comer, para vender mesmo foi mais quando acessamos os programas. E antes quando vendíamos, era para o atravessador que vinha aqui na porta do assentamento comprar, e que cobrava os preços que queria. (A3, 2017).

É possível notar que a falta de canais de comercialização dos produtos agrícolas se apresenta como um dos fatores limitantes para agricultura familiar. A dificuldade de se inserir no mercado faz com que, em muitos casos, o agricultor familiar dependa da figura do atravessador. Segundo Guanziroli e Sabbato (2004), a necessidade em recorrer ao atravessador se dá pela existência de mercados

incompletos e imperfeitos, e se aprofunda com os problemas relacionados à infraestrutura de armazenagem e escoamento, como também à falta de melhorias técnicas para se ingressar no mercado competitivo. Sem esses elementos, a produção pautada no trabalho familiar perde condições de concorrência (SOUZA, 1979). Assim, a figura do atravessador limita a capacidade da agricultura familiar de acumular e de investir na própria produção.

A A2 (2017) relata que antes de acessar os programas, a dinâmica de comercialização era mais complicada e restrita, pois o comum era vender no período de safra, e se vendia mais o caju. A agricultora acrescenta que era tudo bem diferente dos dias atuais, a exemplo da venda do feijão, que *“antes só se vendia o feijão maduro, hoje com o acesso aos programas é possível vender também o feijão seco.”* (A2, 2017). Em síntese, os programas PAA Pnae contribuíram para dar segurança na comercialização dos produtos das agricultoras do assentamento, no sentido delas terem a certeza de que sua produção será absorvida por um mercado garantido e por um preço justo.

Embora as agricultoras do assentamento Denir tenham passado a produzir mais e ofertar em maior quantidade os seus produtos, com o acesso aos programas, pode-se dizer que a variedade da produção continuou praticamente a mesma, quando comparada ao período anterior aos programas. Quer dizer, os produtos presentes no assentamento são os mesmos desde o início da experiência e são apresentados no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Produção das agricultoras do assentamento Denir

Grupo	Tipo
Frutos	Acerola; Caju e Castanha de Caju; Carambola; Jerimum; Laranja; Maxixe; Pimentão.
Verduras	Alface; Cebola; Cebolinha; Coentro.
Legumes	Batata; Macaxeira.
Transformados	Bolo; Tapioca; Polpa de frutas.
Leguminosas	Feijão; Milho.
Origem animal	Aves; Bovinos; Caprinos; Suínos; Ovinos; Ovos de Galinha.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A diferença está na transformação de alguns produtos para a fabricação de bolos e tapioca, além das polpas de frutas que são produzidas individualmente e/ou coletivamente em um espaço dentro do assentamento cedido por um morador, que funciona como a sede do Grupo Mulheres em Ação. Todos esses produtos são fornecidos aos programas, com exceção daqueles de origem animal.

Dentro das possibilidades com relação ao aumento da produção das agricultoras, destacou-se a capacidade de se alcançar outros mercados institucionais, para além do município de Ocara. Segundo a A1 (2017), a Coaf atende chamadas de outros municípios vizinhos, como Quixeramobim, Ibareta, Baturité, Redenção e Pedra Branca do Ceará. A agricultora afirma que a cooperativa tem a intenção de criar uma filial da sede na cidade de Fortaleza, para poder atender também as chamadas dos programas na capital, já que a prioridade dada nas chamadas é para os produtores mais próximos. Com isso, a possibilidade de aumento da comercialização dos produtos aumentaria significativamente.

Contudo, isso ainda está no campo de discussão entre as próprias agricultoras e as motivações que levam a busca por novas áreas de comercialização estão diretamente relacionadas com as dificuldades enfrentadas pelas agricultoras com relação aos programas, fatos que serão tratados no tópico seguinte.

4.5 Dificuldades e vantagens em relação aos programas

Diversas são as dificuldades apontadas pelo conjunto de agricultoras que acessam o PAA e Pnae no assentamento Denir, tanto em relação ao acesso aos programas como a produção em si. Um dos fatores apontados pelas agricultoras é sobre as condições impostas para que seus produtos sejam fornecidos aos programas.

Como relata a A1 (2017), o fato de se organizarem em associação e cooperativa, afasta muitas das agricultoras do assentamento, porque algumas mulheres acreditam que terão um trabalho a mais, especialmente no processo de beneficiamento dos produtos. É o caso da A4, que não acessa o Pnae porque, de acordo com ela, não consegue acompanhar o ritmo de produção das demais agricultoras que acessam ao programa, devido ao esforço necessário em algumas etapas da produção.

Embora seja importante o incentivo da profissionalização da agricultura familiar, como também o fortalecimento do associativismo e cooperativismo agrícola, estimulado pelo PAA e Pnae, em certas condições, essas medidas podem apresentar limitações para a participação do grupo nos programas. Sobre isso, a fala da A1(2017) é ilustrativa:

Antes de acessar o Pnae, éramos 15 mulheres que participávamos do Grupo Mulheres em ação. Quando precisou se organizar na cooperativa para fornecer mais produtos aos programas, algumas mulheres se retiraram do grupo por não quererem montar a cooperativa. Para elas seria trabalhar demais. (A1, 2017).

Ainda que os assentamentos com adensamentos residenciais em forma de agrovilas favoreçam as organizações coletivas, como afirma Leite et al. (2005), essa prerrogativa não é suficiente para a construção das cooperativas. Há historicamente fatores que inibem a capacidade de se doar das pessoas em processos coletivos como as cooperativas, tais como: a prática de criação de cooperativas para atender interesses políticos de grupos específicos; a falta de transparência na condução dos negócios; o baixo nível de informação e escolaridade de muitos dos sócios; e falta de políticas agrárias claras (RIOS, 2007).

Sem dúvidas são questões importantes, embora não tenha sido esses os fatores que desestimularam ou não despertam para a participação de um maior número de agricultoras na construção da cooperativa e, por consequência, numa maior participação no fornecimento de produtos para o PAA e Pnae. No caso do Assentamento Denir, parece ter sido o esforço o maior entrave para a adesão de mais agricultoras na experiência.

A maioria de nós vai para roça junto com os maridos e os filhos durante o dia. O tempo que a gente faz os bolos e as tapiocas é de madrugada, para que chegue cedinho nas escolas. A gente vira a noite e isso assusta muita gente aqui do assentamento, e isso dificulta convencer as outras mulheres. (A3, 2017).

Outra dificuldade apontada com relação aos programas está ligada aos valores limites de compra das modalidades estabelecidos pelos programas. A A5 (2017) avalia que tais limites são baixos e que precisam ser revistos, para que cada família agricultora possa fornecer mais alimentos. A agricultora reforça que esses

limites estão *“diminuindo a cada ano que passa, que o limite do ano de 2017, foi inferior ao do ano 2016, por exemplo.”* (A5, 2017).

Para a A1(2017), um dos fatores mais limitantes é o fato de o município de Ocara não dispor do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), tendo em vista a sua importância para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Com a ausência desse serviço, não vem sendo possível viabilizar o fornecimento de produtos de origem animal aos programas PAA e Pnae, sendo que a maioria das agricultoras entrevistadas se identifica bastante com a criação de animais.

Com relação às dificuldades apontadas referentes à produção, essas, de maneira geral, têm a ver com os fatores climáticos da região e também com a disponibilidade de água para a produção. Com os açudes secos, devido os períodos de estiagem, existe pouca água destinada para a produção, o que induz as agricultoras a utilizarem a água das cisternas, haja vista que *“a água encanada também não está chegando e que isso implica diretamente no na quantidade e qualidade de produtos fornecidos aos programas.”* (A4, 2017).

Por outro lado, uma das dificuldades superadas foi a do processo de escoamento da produção. As agricultoras utilizaram do Fundo Rotativo Solidário para obtenção de uma motocicleta, o que foi essencial para realizar a entrega dos seus produtos. E ainda, várias são as vantagens do acesso ao PAA e Pnae percebidas entre as agricultoras entrevistadas. A começar com a percepção da A2 (2017): *“Estamos bastante satisfeitas, pois antes só vivíamos da bolsa família e da época da castanha de caju, os programas ajudam em muito na nossa renda.”* (A2, 2017).

As vantagens percebidas passam por algumas questões já levantadas neste trabalho. A renda aparece com mais frequência no discurso das agricultoras, como a segurança por se ter um canal de comercialização, o preço justo pelos produtos fornecidos, a possibilidade do trabalho coletivo, a contribuição para a permanência no campo, a segurança alimentar, a valorização da agricultura familiar, dentre outros. O Quadro 4 a seguir dispõe de uma síntese dos relatos mais relevantes, sobre a avaliação das agricultoras acerca das vantagens dos programas.

Quadro 4 – Síntese dos relatos com relação às vantagens dos programas

Agricultoras	Relatos
Agricultora A1	<i>[...] A prática de acessar os programas, mais o esforço de produzir em coletivo, eu poder aprender mais, quando um tem problema, o outro ajuda com a experiência dele.</i>
Agricultora A2	<i>Agora não temos tantas dificuldades, pois já estamos mais bem conhecidos no mercado, como diz o povo, já temos um transporte para realizar a entrega, e isso tudo facilita o nosso trabalho. Os pagamentos são tudo em dia, é bem organizado, não tenho o que dizer de ruim. Talvez só se o governo aumentasse os preços dos produtos, pois têm muitos produtos que o preço é bom, e outros os produtos são lá embaixo. Mas, ainda assim, é muito melhor que vender para o atravessador.</i>
Agricultora A3	<i>Nesse programa a gente produz mais porque a gente vende. De primeiro não, a gente não tinha pra quem vender com essa certeza. Mas, agora não. A gente produz e já sabemos pra onde vai. Os dois programas têm essa vantagem, eles recebem tudo, tudo que você tiver produzindo e se você for cadastrado eles recebem.</i>
Agricultora A4	<i>[...] Todos os meses temos um dinheiro que já dá pra investir em outra coisa, por exemplo, para guardar um legume. Esse ano fizemos 41 sacos de milho e esse milho tá todo guardado. A gente comprou tambor, pois o dinheiro do programa já deu para pagar, contratar gente pra 'quebrar o milho', e podemos fornecer pra criação de ovelha. E se sobrar a gente revende num preço melhor. Tanto eu acho bom porque é bom, pois ajuda com o dinheiro, mas também é bom por que a gente se ocupa. É aquilo que a gente tem para se preocupar, mas não como uma coisa a mais, e sim como algo que nos distrai, para não ficar só imaginando besteira, na idade que nós estamos isso é bom.</i>
Agricultora A5	<i>Primeiro que a gente não ganhava muito com a venda dos produtos, e era muito difícil viver só da bolsa escola. A venda do caju dava um dinheirinho, mas não tanto, hoje a gente trabalha mais, mas é muito melhor.</i>
Agricultora A6	<i>As vantagens é que ajuda na renda da família e também não há mais aquela necessidade de sair para se empregar fora. Eu sempre gostei de plantar e agora o sonho foi realizado, pois plantamos muito e isso ajuda a gente a ficar aqui.</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

A organização de como se dá o acesso e o fornecimento da produção ao PAA e Pnae foi avaliado positivamente pelas agricultoras entrevistadas, e, o fato de existir a Central de Distribuição do PAA facilitou bastante o escoamento dessa produção, como relatado nas entrevistas. Entretanto, algumas questões

relacionadas aos programas também foram pontuadas como aquilo que poderia ser melhorado, do ponto de vista das agricultoras. A maioria das colocações tem relação com as dificuldades anteriormente levantadas, especialmente a falta de assessoria no que tange o processo de produção e transformação.

No que se referem aos limites estabelecidos pelas modalidades dos programas, surgiram algumas sugestões por parte de algumas agricultoras. Segundo a A1 (2017), seria necessário que a prefeitura garantisse a ampliação do limite de produção a ser fornecido pelas agricultoras.

A meu ver, são poucos os estabelecimentos beneficiários consumidores, e é uma burocracia cadastrar, por exemplo, mais escolas, porque antes precisava mais do CNPJ. Hoje, com a história da transparência, precisa de muitos mais documentos que depende não só da escola e isso dificulta o cadastro delas. (A1, 2017).

A possibilidade de aumento dos limites passa pela tomada de decisão dos órgãos gestores em detrimento da viabilidade de recursos destinados aos programas. Para Delgado, Conceição e Oliveira (2005):

A engenharia fiscal e financeira do PAA ainda não está madura para suportar as funções originais para que o programa foi concebido no contexto da utilização dos recursos viabilizados aos programas, o que poderia em certa medida justificar as dificuldades levantadas pela as agricultoras entrevistadas (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005, p. 21).

Com isso, Oliveira (2015, p. 117) argumenta que, por mais que esses programas apresentem em seu conteúdo estratégico a viabilização da autonomia, sobretudo financeira, da agricultura familiar, isso não se concretiza. O autor justifica que as cotas de comercialização por DAP em cada política não dão conta de todos os custos de produção, e, com efeito, não viabiliza a manutenção de uma qualidade de vida considerada aos agricultores beneficiários fornecedores. Oliveira (2015) considera que o que essas políticas contribuem é na inserção de canais comerciais que possibilite o aumento a renda.

Ao mesmo tempo em que os programas apresentem limitações em seu conteúdo estratégico, outros processos de reafirmações são possibilitados e concretizados a partir do seu acesso, como elucidado adiante.

4.6 Reafirmação da produção de base ecológica

Segundo os relatos levantados nas entrevistas, desde o início do Assentamento Denir, buscou-se produzir de forma sustentável naquela localidade. Mesmo antes de acessar os programas PAA e Pnae, já eram incentivadas e estimuladas, nas unidades produtivas das famílias assentadas, a utilização de práticas agrícolas de base ecológica.

As principais práticas agrícolas adotadas no assentamento são a rotação de culturas, a consorciação de culturas e a diversificação da produção. A maioria dos quintais produtivos utiliza o esterco bovino, ovino e das aves para adubação. Algumas famílias fazem compostagens com os resíduos vegetais e animais dos próprios quintais produtivos. Há também uma estreita interação entre os sistemas de cultivo e criação.

Silva et al. (2013), ao realizarem uma investigação no assentamento, constataram que está em curso um processo de transição agroecológica, iniciado a partir de diagnósticos e metodologias participativas junto as famílias agricultoras.

Frente a isso, as contribuições que os programas trouxeram para a continuidade da adoção de práticas de base ecológica por parte das agricultoras entrevistadas passam pelo incentivo dos órgãos gestores dos programas no município, iniciado ainda durante as vistorias realizadas no assentamento, como também pela reafirmação da valorização da produção de base ecológica através da viabilização da comercialização desses produtos.

AA1 (2017) acrescenta que as visitas realizadas pelos consumidores para os quais as agricultoras fornecem seus produtos também incentivam e consolidam essa produção sustentável. Para ela, essa relação de confiança que foi construída com o tempo entre agricultores e consumidores contribui diretamente para a permanência e fortalecimento das práticas agrícolas de base ecológica (A1, 2017).

Contudo, permanecem alguns desafios na experiência. Na opinião da A4 (2017), por se tratar de uma região de clima semiárido e de uma área marcada pelo monocultivo do caju, a produção de base ecológica, de certo modo, fica comprometida, devido a essas particularidades.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante a articulação de outras políticas públicas à estratégia de desenvolvimento rural desencadeada no assentamento. A esse respeito, em pesquisa conduzida por Silva (2014), sobre a

contribuição de políticas públicas nas unidades produtivas do Assentamento Denir, se percebeu que o Programa Garantia-Safra é essencial para a manutenção dessas unidades, numa proposta de convivência com o semiárido.

Sem dúvidas, o acesso a outras políticas públicas pode complementar a condução de uma agricultura sustentável no meio rural. Do mesmo modo, como já afirmado neste trabalho, a ausência dos serviços de Ater, tende a fragilizar as estratégias e experiências dos agricultores familiares. No caso em questão, mesmo que as famílias tenham sido acompanhadas por um período pela COPASAT, essa ausência é sentida pelas agricultoras, como frisou a A1 (2017) durante as entrevistas.

Ademais, embora a produção das agricultoras do Assentamento Denir possa ser considerada de base ecológica, a questão da certificação da produção foi pontuada também como uma dificuldade enfrentada pelas mulheres entrevistadas.

Aqui ainda não temos selos, o que há é a confiança entre nós e os secretários, diretores das escolas, e as pessoas que consomem e nós. Mas, por mais que produzimos de forma limpa, não conseguimos o selo porque ainda estamos discutindo a possibilidade, é tanto papel que a gente nem sabe o que é. (A1, 2017).

Essa discussão novamente remete a preocupação anteriormente por Delgado (2005), para quem a engenharia fiscal e financeira do PAA ainda não está madura. Para o referido autor, por vezes, as políticas públicas podem apresentar barreiras que acabam por limitar a capacidade da agricultura familiar, no caso apreciado, esbarrando na barreira das exigências burocráticas.

4.7 Outras mudanças identificadas

Além das mudanças já apontadas a partir do acesso das agricultoras aos programas PAA e Pnae vivenciadas na realidade do Assentamento Denir, segundo a avaliação das mulheres entrevistadas neste trabalho, a contribuição mais relevante diz respeito ao fortalecimento da organização do grupo das mulheres do assentamento.

Percebe-se, na experiência, a influência dos programas no estímulo ao associativismo agrícola e ao protagonismo da mulher presente no Assentamento Denir. E a consequência disso é o empoderamento das mulheres envolvidas na

experiência, através do acréscimo na renda familiar, no processo de tomadas de decisões referentes à produção, como também na construção da autonomia e cidadania dessas mulheres. Nessa perspectiva, a A1 (2017) sintetiza:

Geralmente, era mais eu pra tudo. Mas, depois da criação do grupo, as mulheres passaram a participar mais, elas se interessam mais com a comunidade, tomando a frente de tudo também. Com o aumento da renda, elas começaram a ter outra visão, pois antes elas ficavam esperando só pelos maridos. Mas, hoje são mais independentes e isso mudou a cabeça dessas nove famílias. [...] A participação nas reuniões do assentamento antes dependia da autorização dos maridos e agora em qualquer convite não há mais essa dependência. E a compra da moto foi um passo bem importante, pois mostrou que a gente também pode decidir. (A1, 2017).

Conforme discutido em Butto et al. (2011, p. 166), a questão da renda é um elemento central para a mudança de vida das mulheres, tendo em vista que ainda há a divisão sexual do trabalho, sobretudo no campo, onde os trabalhos executados pelas mulheres tendem a ser menos valorizados, tendo em vista que os produtos considerados “comerciáveis” ou de “renda”, historicamente é concebido pelo trabalho masculino.

Os autores também ressaltam que a conduta das modalidades do PAA, em especial, a modalidade de Doação Simultânea, e a conduta do Pnae, favorecem a participação das mulheres devido sua grande diversificação e abrangência dos produtos que podem ser fornecidos. Geralmente são os produtos voltados para o autoconsumo, e também aqueles que passam por um processo de transformação, os quais as mulheres estão responsáveis a produzir, por consequência da divisão sexual do trabalho (BRUTTO et al., 2011, p. 167).

A Conab (2016) expõe que as mulheres vêm ocupando destaque no acesso ao PAA, e observa que a participação se dá em torno de 57% na região do Nordeste, e que isso é resultado da resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA, implantada em agosto de 2011, que determina a participação de pelo menos 40% de mulheres do total de fornecedores em algumas modalidades.

Essa é uma decisão importante, pois como já afirmado e confirmado neste trabalho, uma quantidade significativa dos produtos fornecidos ao PAA é oriundo do trabalho das mulheres, e essa relação tem que estar proporcionalmente representada na quantidade total de fornecedores do programa, para não acarretar na invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas PAA e Pnae se apresentam como importantes instrumentos de intervenção do Estado no processo de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar. A implantação dessas políticas públicas no município de Ocara, mais especificamente no Assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), vem possibilitando uma maior estabilidade nas atividades agrícolas locais, garantido ocupação e renda a partir de suas unidades de produção agropecuária (UPAs), ocasionando melhorias na condição de vida das famílias agricultoras e incentivando a permanência e a inclusão social no campo.

As famílias do assentamento que ingressaram nos programas tiveram o acompanhamento de instituições que contribuíram efetivamente para que seus produtos fossem fornecidos. Nesse sentido, merece destaque a presença do CEARAH, com o Projeto A Força das Mulheres, que ajudou na capacitação para a transformação e beneficiamento dos produtos, com o fornecimento dos materiais que foram utilizados durante esse processo. Somado a isso, ressalta-se a proposta de criação do Fundo Rotativo Solidário, além da assessoria da COPASAT que, através da assistência técnica prestada, promoveu o aumento no desempenho produtivo das famílias.

Uma das questões levantadas nesta monografia e que vem limitando um melhor desempenho das famílias, se atribui a impossibilidade de fornecer alimentos de origem animal, pelo fato de o município não dispor do SIM. Tal situação se torna um entrave porque a maioria das famílias possui a criação animal em suas UPAs e acreditam ter potencial para incluir seus derivados nos programas.

Os limites de valores para compra estabelecidos pelos programas se configuram como a maior dificuldade para as famílias, quanto ao acesso aos programas, já que, essas famílias avaliam que as quantias estabelecidas são insuficientes. Algumas das outras dificuldades levantadas se referem ao esforço realizado para o fornecimento dos produtos, o que vem inibindo a participação de outras famílias do assentamento na dinâmica de comercialização; a dificuldade para que essas famílias ampliem o leque de possibilidades proporcionado pelos programas, como uma maior presença de entidades beneficiárias consumidoras dos programas; e a burocracia existente para o acréscimo no valor de seus produtos de base ecológica.

Por outro lado, o acesso aos programas vem garantindo uma maior certeza da comercialização de seus produtos, e isso vêm incentivando o aumento da produção das famílias assentadas, o que garante um acréscimo na renda e possibilita o investimento em suas próprias UPAs. Isso também vem incentivando a organização formal das famílias em associações e cooperativas, bem como a formação continuada de grupos de produção, como discutido neste trabalho.

O estudo demonstra, ainda, o potencial na dinâmica de comercialização das famílias, que passaram a buscar mais mercados para fornecer seus produtos, em detrimento aos limites estabelecidos pelos programas, o que pode ser avaliado como um ponto positivo, já que as famílias tendem a estar sempre buscando novas estratégias para sua reprodução socioeconômica.

A pesquisa também aborda o papel de reafirmação que o acesso aos programas proporciona na produção agrícola de base ecológica realizada pelas famílias. Embora antes de acessar ao PAA e Pnae essas famílias já produzissem de forma considerada sustentável, essas políticas vieram para contribuir para o escoamento dos produtos oriundos dessa produção, criando, assim, uma rede de confiança entre as famílias agricultoras e os consumidores, o que incentiva ainda mais a agricultura de base ecológica na localidade.

Além dessas situações, foi possível constatar que a contribuição proporcionada pelo acesso ao PAA e Pnae influenciou no cotidiano e na dinâmica familiar das mulheres do assentamento, que em certa medida, se tornaram também protagonistas da produção do Denir, o que vem garantindo autonomia para as agricultoras e o reconhecimento de seus trabalhos.

Dessa forma, a aquisição dos produtos da agricultura familiar local pelos mercados institucionais torna-se uma importante estratégia para o dinamismo da produção agrícola do assentamento, possibilitando as famílias agricultoras envolvidas, uma melhoria nas suas condições de vida e o aumento do bem-estar social.

REFERÊNCIAS

ASSIS, T. R. P. **Agricultura Familiar e Gestão Social: ONGs, Poder Público e Participação na Construção do Desenvolvimento Rural**, Lavras : UFLA, 2005.145 p.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm > Acesso em: novembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm> Acesso em: novembro de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 080, de 24 de abril de 2002. Estabelece denominações e conceitos orientadores dos assentamentos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária. **MDA**, Brasília, 2002.
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 6, de 31 de janeiro de 2013. Estabelece parâmetros a serem observados no estabelecimento da ordem de prioridade territorial para as ações de obtenção de terra para a Reforma agrária e créditos. **Gabinete do Ministro**. Seção 1, Brasília, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm > Acesso em: novembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Brasília, 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm > Acesso em: novembro de 2017.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. [Campinas, 2000]: FAO/INCRA 58 p. (Projeto UTF/BRA/051/BRA).

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R. GUANZIROLI, C. Dossiê: A Agricultura Familiar no Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

CAJADO, D. M. **Desenvolvimento da agricultura familiar pautado na transição agroecológica: o caso do assentamento Denir/Ocara-ce**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS, 2013. Disponível em <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/search/authors/view?firstName=DIANA&middleName=MENDES&lastName=CAJADO&affiliation=UFC&country=BR>> Acesso em novembro de 2017.

CARDOSO, C. F. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**, Brasília, 1999.

CARVALHO, H. M. **A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil**, Curitiba, IICA/MEPF/NEAD, 1999.

CONAB. **O PAA como Fortalecedor do Cooperativismo e o Associativismo no Brasil**. Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar – Gecaf/Supaf/Dipai, 2008. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_20_16_25_46_o_paa_como_fortalecedor_do_cooperativismo_e_o_associativismo_no_brasil.pdf> Acesso em novembro de 2017.

CONAB. **Mulheres representam metade dos fornecedores do Programa de Aquisição de alimentos**. Economia e Emprego – Governo do Brasil, 2016. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-representam-metade-dos-fornecedores-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>> Acesso em novembro de 2017.

COPPETTI, L. D.; **Fatores que Dificultam o Acesso dos Agricultores Familiares às Políticas de Créditos Rural: O Caso do Pronaf-Crédito no Município de Alegria – RS**, 2008.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J.. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**, Brasília, 2005.

FERNANDES, A. M. S.. **O PRONAF na Agricultura Familiar: Sua Criação Distribuição e Principais Resultados**, Porto Alegre-UFGRS, 2013.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – 2. ed., atual – Brasília : MEC, FNDE, SEED, 2008.**

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância . **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar** – 2.ed. atual , – Brasília : MEC, FNDE, SEED, 2015.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/Incra, fev/2000. 74 p.

GUAZIROLI, C. E.; SABBATO, A. Di.; Existe na Agricultura Brasileira um Setor que Corresponde ao “Family Farming” Americano?. **Revista da Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura familiar. Primeiros Resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em Novembro de 2017

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

LEITE, S.(Coord.); HERENDIA, B.; MEDEIROS, L. [et al.] Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro, São Paulo, NEAD, 2004.

MDA. **Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/>. Acesso em: novembro de 2017.

MDA. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**, 2013, 104 p. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf Acesso em novembro de 2017.

MDA/SAF. **Modalidades do PAA**. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> Acesso em novembro de 2017.

OLIVEIRA, L. G.; **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) da Agricultura Familiar**: Estudo de Caso na Microrregião de Ubá-MG. São Carlos: UFSCar, 2015.

PICOLLOTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Revista da Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014.

PLOEG, J. D. Van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: Paulo Petersen (Org). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C.. **O campo da educação do campo**. In: Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (Org.). Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Coleção Por uma Educação no Campo, n. 5, Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

SABOURIN, E. Acesso aos Mercados Para a Agricultura Familiar: Uma Leitura Pela Reciprocidade e a Economia Solidária. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 18-30, 2014.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: Entre a Troca Mercantil e a Reciprocidade, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro F. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: Sergio Schneider; Marcelo Kunrath Silva; Paulo E. Moruzzi Marques. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 21-50.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar**: Uma análise A partir do Programa Fome Zero no Município de Constantina/RS. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto - SP. Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 2005. v. 1. p. 1-20.

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. **PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA**. Disponível em < <http://www.ocara.ce.gov.br/secretaria.php?sec=1> > acesso em novembro de 2017.

SILVA, J. G. S.; **Contribuições do Programa Garantia-Safra para a reprodução de unidades produtivas familiares assentadas** – Fortaleza: UFC, 2014.

SILVEIRA, L. B.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, V. F. **Pluriatividade na Agricultura Familiar, as Diferentes Visões Teóricas**. Trabalho apresentado no VI Encontro – Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção 2004. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/sistemas%20de%20producao%202004%203.pdf>> Acesso em Novembro de 2017.

SPAROVEK, G.; FRANÇA, C. G. (Coord.); [et al].BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate**, Brasília: NEAD, 2005.

SOUZA, J. G. **O Nordeste Brasileiro**: Uma Experiência de Desenvolvimento Regional, Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979.

RIOS, G. S. L.; **O que é Cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense SA, 2007.

VEIGA, J. E. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciências e Tecnologias**, (Embrapa), v.13, n. 3, p. 383-404, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: Novembro de 2017.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: Uma História de Resistência. **Revista da Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (Orgs.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.1-56.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA AS
FAMÍLIAS AGRICULTORAS PARTICIPANTES DO PAA E PNAE DO
ASSENTAMENTO DENIR**

Dados do (a) Entrevistado (a):

Nome:

Escolaridade:

Idade:

1.Desde quando acessa o PAA e o Pnae? Conte-me como era a sua produção antes do acesso a esses programas.

2.Onde e como comercializava seus produtos antes dos programas? Quais as dificuldades enfrentadas na comercialização antes do programa?

3.O que produz hoje em dia? O que mudou com a sua inclusão nesses programas? Toda a sua produção vai para os programas? Existe uma maior participação da família pela inserção nas políticas? Como isso ocorre?

4.Existe alguma organização/instituição envolvida na experiência? Quais? Como elas atuam? Qual a importância dessas instituições? Que tipo de apoio você recebe dessas instituições?

5.Atualmente, quais as dificuldades que enfrenta na comercialização? Quais as principais vantagens em acessar esses programas? Que benefícios trouxeram para você e sua família? Fale sobre isso. O que poderia ser melhorado?

6.Você passou a produzir mais por conta dos programas? Por que isso? Quais produtos? Recebeu algum incentivo para isso? Quais/Como?

7.Sua produção é convencional ou de base ecológica? Você mudou a forma de produzir por conta dos programas? Fale sobre as práticas de manejo realizadas. Recebe alguma assistência nesse sentido e como avalia essa assistência? De quem?

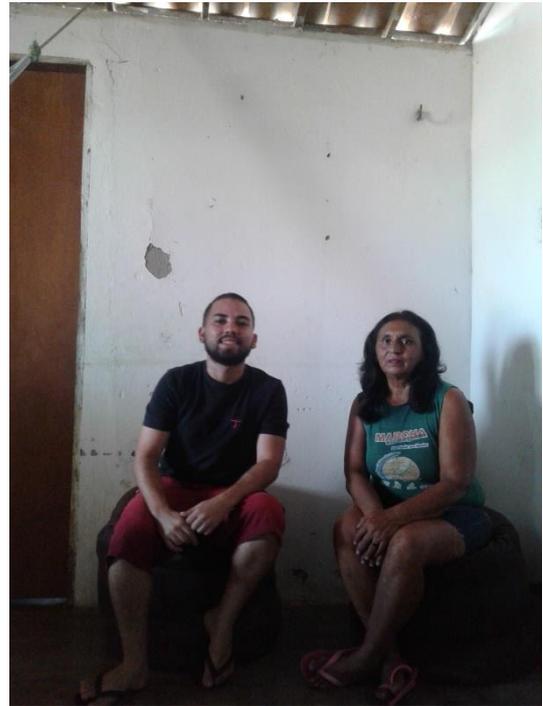
8.Você pensa em aumentar sua produção ou comercializar novos produtos? Quais?

9.De maneira geral, qual a importância desses programas para a sua família? Mudou algo na dinâmica familiar ou na distribuição de tarefas?

APÊNDICE B – AGRICULTORAS ENTREVISTADAS



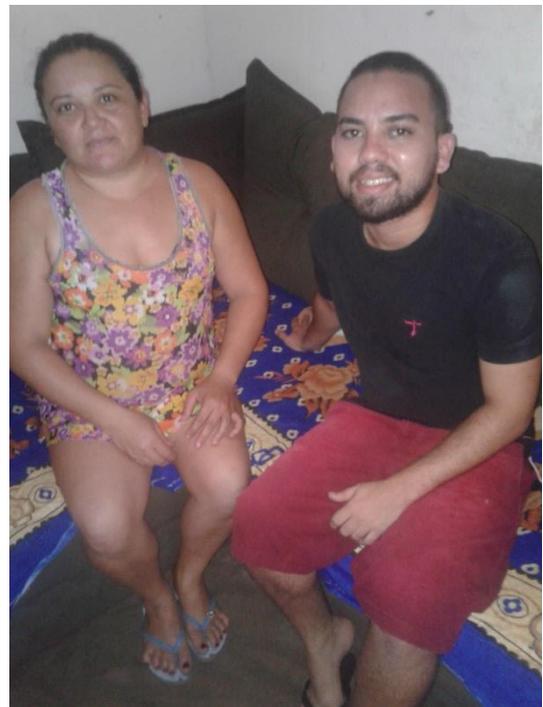
Fonte: Pesquisa de campo (2017).



Fonte: Pesquisa de campo (2017).



Fonte: Pesquisa de campo (2017).



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

APÊNDICE C – SEDE DA COOAF E DO GRUPO DE MULHERES EM AÇÃO

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

APÊNDICE D – MATERIAIS ADQUIRIDOS PELO PROJETO A FORÇA DA MULHER PARA A PRODUÇÃO DE BOLOS E TAPIOCA



Fonte: Pesquisa de campo (2017).



Fonte: Pesquisa de campo (2017).



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

APÊNDICE E – BIODIGESTOR INSTALADO PELA COPASAT



Fonte: Pesquisa de campo (2017).



Fonte: Pesquisa de campo (2017).